

Biblioteca Pública

Nota

Diretor:
 Otavio da C. Pereira
Redator-Chefe:
 Helio Milton Pereira
REDAÇÃO:
 Rua Esteves Junior, 11



Folha Acadêmica

Orgão Oficial do Centro Acadêmico XI de Fevereiro
 FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA

Este jornal — aceitando toda e qualquer colaboração de acadêmicos de direito, sem distinção qualquer, uma vez vasada em linguagem comedida — não se responsabiliza, todavia, pelos conceitos emitidos sob assinatura, nem os espósa com publicá-los. Dos artigos possuirá a redação o original devidamente autenticado.

ANO V

FLORIANÓPOLIS — AGOSTO 1948

Nº. 23

Reeleição e posse do Diretor Des. Urbano Muller Salles

Em 1º do corrente teve lugar a reunião trienal do ilustrado Corpo Docente da nossa Faculdade para eleger a nova Diretoria referente ao período 1948—51.

Com unanimidade foi reeleito para o espinhoso cargo de Diretor o ilustre e eminente Desembargador Dr. Urbano Müller Salles, culto catedrático de Direito Penal e digníssimo Presidente do Tribunal de Apelação do Estado.

Foi uma reeleição merecida e acertada, por porquepuele eminente jurista, na direção da nossa Faculdade, desempenhou sua função sempre com zelo e eficiência, sendo, outrossim, o autor de numerosos empreendimentos, entre os quais cabe-nos salientar a construção da nova ala, fundação da Faculdade de Odontologia e Farmácia e projeto de fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Universidade de Santa Catarina — ansêio máximo da juventude estudiosa catarinense!

A «Fôlha Acadêmica» sente-se, pois, bem em registrar, efusivamente, o acontecimento, manifestando aqui suas gratulações com o Diretor reeleito, e almejando que sua seguinte gestão seja, como a primeira, de benefícios consecutivos para o progresso da nossa Faculdade e grandeza da cultura barriga-verde!

xxx

Assim foi que, comemorando em 11 do corrente o aniversário da instituição dos cursos jurídicos no Brasil, teve lugar a posse do Diretor reeleito em solene sessão realizada no novel Salão Nobre, que nesse dia ficou inaugurado.

Ao ato, que inicialmente foi presidido pelo Desembargador Dr. Erico Ennes Torres estiveram presentes além dos corpos docente e discente da nossa Faculdade, o exmo sr. dr. José Baabaid, Governador do Estado em exercício; sr. dr. Saulo Ramos, Presidente da Assembléia Le-

gisativa em exercício; sr. dr. Guilherme Abry, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; sr. Arcebispo Metropolitano Dom Joaquim Dominguel de Oliveira; sr. Almirante Antão Alvares Barata, Comandante do 5º Distrito Naval; dr. Adalberto T. Carvalho, Prefeito Municipal; Secretários do Estado, Desembargadores, Magistrados, Catedráticos das Faculdades, locais, Advogados outras altas autoridades civis, militares e eclesiásticas e numerosas pessoas graudas.

De início, foi dado posse ao Diretor reeleito, sr. Desembargador Dr. Urbano Muller Salles, o qual, em seguida leu excelente discurso, retratando sua administração anterior, em que foram apontados numerosas realizações em prol da nossa Faculdade.

A seguir, pronunciou bela oração sôbre a efeméride da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, o sr. dr. Othon da Gama Lobo d'Eça, ilustre catedrático de Direito Romano e digníssimo Secretário da Segurança Pública do Estado.

Teve lugar, então, a entrega do prêmio conferido pelo Centro Acadêmico «XI de Fevereiro» ao vencedor do Concurso de Teses sôbre «O Município na Constituição», bacharelando Otavio da Costa Pereira, diretor desta Fôlha.

Em seguida, falou o catedrático Dr. Alcebiades Valério Silveira de Souza, Presidente da Ordem dos Advogados de S. Catarina que se congratulou pela reeleição do Desembargador Urbano M. Salles à Diretoria da Faculdade e perorou sôbre a data.

Por último fez uso da palavra o orador do Centro Acadêmico sr. Otavio da Costa Pereira, sendo a seguir encerrada a sessão, recebendo então, o Desembargador Urbano Muller Salles inúmeros cumprimentos pela sua investidura.

Os discursos em apêço dado a carência de espaço nesta edição da «Fôlha», sômente serão publicados no próximo número de Setembro vindouro.

Manifestam-se sôbre o petróleo os alunos da Faculdade Nacional de Direito

O Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, órgão representativo do corpo discente da Faculdade Nacional de Direito, cumprindo determinação de sua diretoria, tomada após ampla consulta aos alunos da referida Faculdade, e *considerando* que a exploração de nossas jazidas petrolíferas é assunto da mais alta relevância para o futuro do país, pois envolve interesses fundamentais relacionados ao seu próprio desenvolvimento econômico;

Considerando que os amplos debates travados a respeito do problema, através da opinião insuspeita de técnicos e estudiosos, já indicaram a diretriz melhor condizente com nossas possibilidades e com os interesses do povo brasileiro;

considerando que o anteprojeto de Estatuto de Petróleo, ora em discussão no Parlamento, foge à solução acertada e, se aprovado, redonda na criminosa entrega da riqueza petrolífera do Brasil aos «trustes internacionais»;

considerando, finalmente, que só um movimento organizado da opinião pública poderá deter a marcha dos que pretendem entregar ao estrangeiro nossa riqueza petrolífera;

vem a público para, manifestando sua adesão à tese Horta Barbosa, trazer o mais amplo apôio dos estudantes de Direito à luta pela defesa do petróleo brasileiro e repudiár, por nocivo aos interesses nacionais, o Estatuto ora em discussão no Congresso. Com o senso de responsabilidade sempre característico de suas manifestações, os alunos da Faculdade Nacional de Direito acreditam, assim, cumprir um indeclinável dever cívico trazendo sua contribuição à defesa dos verdadeiros interesses de nosso país.

(Do «Diário de Notícias», do Rio, de 15-8-48).

Festa Junina Universitária



O flag ante supra fixa um aspecto da grandiosa e memorável «Festa Junina Universitária» promovida e realizada pelo Diretório do Centro Acadêmico «XI de Fevereiro», em 28 de junho último, no edifício da nossa Faculdade.

Ocorreu a esta notável festa, o mais seletto e numeroso de nossa alta sociedade, comparecendo também professores e alunos.

Um grupo de distintas senhorinhas liderada por Maria Helena Ramos, M. D. Rainha dos Estudantes, cooperou brilhantemente para o enorme e retumbante êxito que alcançou esta festa, antes sômente realizada uma vez, se não nos falha a memória, em 1944.

Que venham, pois, outras!

Que cada cidadão, cada professor, cada estudante, seja um soldado vigilante e aguerrido da batalha da libertação econômica.

Roberto Lacerda, um acadêmico que se distingue

Para o elevado posto de Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, foi nomeado, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, o nosso colega Acadêmico Roberto Lacerda. Já por todos nós conhecida a capacidade e cultura do colega Lacerda, não temos dúvida em que há de se destacar, à frente daquele órgão da Administração Pública, com o mesmo brilhantismo e eficiência com que se houve em outras importantes posições que ocupou.

E, quando vemos colegas nossos, da nova e gloriosa geração catarinense que, por todos os motivos está fadada a grandes realizações nos anos do futuro próximo, em todos os campos da atividade, quando vemos colegas desta geração, repetimos, ocuparem elevados postos e se destacarem no meio social em que vivemos, consola-nos o saber que o nosso valor está sendo reconhecido e que já estamos passando do mundo da observação e do estudo para a atividade prática, para as conquistas efetivas de melhores dias.

Roberto Lacerda, é bem um exemplo do que pode e do que poderá a geração moça catarinense.

"Folha Acadêmica" quer deixar consignado aqui o seu voto de congratulações pela vitória alcançada e desejar ao novo Diretor da Estatística no Estado de Santa Catarina, uma administração segura e eficiente, para bem do povo catarinense.

A Margem da Campanha do Petróleo

Conferência proferida na Faculdade de Direito de Santa Catarina, pelo acadêmico ALCIDES ABREU.

Na qualidade de representante do C. A. XI de Fevereiro, desta Faculdade de Direito de Santa Catarina, fui presente ao Congresso Nacional de Oratória Universitária, patrocinado pelo C. A. XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo.

O certame que visava congregar delegados de todas as Faculdades de Direito do país, reuniu 9 representantes, vindos do norte e do sul, do centro e do oeste.

Vivendo o Concurso em assunto de palpitante atualidade, entenderam os promotores do concurso de agregar, para discussão, as opiniões que prevaleciam nos diversos estados da federação com respeito ao momento problema do petróleo.

Cumpre aqui ressaltar o entusiasmo e o arrojo da vibrante mocidade acadêmica de S. Paulo que, não obstante o "boycott" da imprensa, soube imprimir ao congresso um cunho de marcante interesse e de duradoura impressão. Os que fomos presentes, sentimos a atividade e o dinamismo daquela juventude desacombrada que não recua nunca, nem perante forças, nem perante atos e muito menos da mentira, da insídia, da tibieza e da indiferença.

Não há obstáculos ou oposição que sirva ou baste para lhes deter a intenção patriótica e o intuito construtivo e nacionalista que há primado nas campanhas promovidas por ela e por ela levadas à consagração e à vitória.

Se o concurso não teve a repercussão que dele se ansiava, não foi diminuto o seu valor nem desprezível o começo que significou, para nós que o presenciamos, de uma arrancada vigorosa no sentido de aclarar e precisar a posição da questão petrolífera.

A Amazônia, "a terra fraudada, o vale esquecido, a região inhospita e o Ceará "amargurado pelas secas que torram a terra e fortalecem a lama", se uniram num amplexo fraternal, um, tudo prometendo e o outro esperando, desejando, ansiando. A Minas Gerais do ferro e do ouro e do manganês estreitou-se à Baía petrolífera, ao Goiás inculto e abandonado. Pernambuco, o Leão altivo e soberano abraçou o sul carbonífero e próspero. E, S. Paulo, o dinamismo, o progresso, a alucinação trepidante das fábricas e dos motores, recebeu a todos e a todos entregou parcela da sua pujança e da sua vitalidade, na voz altaneira dos filhos que lhe constroem a grandeza e lhe edificam a perpetuidade. A Pátria se sustentou, por um instante, no fluido magnético do delírio e a certeza dele surgiu como uma manha clara e risonha. Já não mais berço de heróis, já não mais "fado inconstante", já não mais futuro promissor, já não mais "maior país do mundo", já, não mais "potência mundial", o Brasil foi dissecado, sentido a luz meridiana da verdade, exposto na nudez absoluta do seu nada e da corrupção que lhe devora as energias, roubando-lhe a capacidade e a produtividade.

Com entusiasmo e de plano, com calor e sem demagogia, a nação foi vista e estudada, determinados os fatores que lhe causam a atrofia dos membros — porque gigante que anda a passos de anão — e auscultada a voz da terapia, na ansia de salvá-la. Oxalá, compreendamos o esforço da gente paulista, daquela gente que eu vi e ouvi e que é, antes e sobretudo, eminentemente brasileira, soberanamente brasileira!

Não houve disputa porque houve harmonia. Não houve dissensões nem trapalhadas porque reinou a calma e prevaleceu o espírito. Não houve vaidades feridas nem desejos frustrados. O indivíduo agiu e pensou conforme lhe ditaram a consciência e a vontade.

Respirei e me valli do entusiasmo e do calor — ambiente para, guardando-o com o mais extremado carinho, transmiti-lo aos meus amigos que ficaram.

E, agora, desta tribuna livre e democrática, no aconchego deste recinto bem e profundamente catarinense, eu, por um encargo e um dever, quero significar aos colegas, a par da minha gratidão e do meu reconhecimento, o muito que nos cumpre fazer para acompanhar a mocidade brasileira no ímpeto que arremessa aos ares o grito pela nossa independência econômica. Não há mais lugar para contemporização e indecisões; nem para cálculos ou demoras. Ou nos decidimos de pronto e seremos moços, ou esperamos e seremos nada.

Ou atelamos o nosso clamor ou tripudiamos a nossa função social, preterindo-a, aos interesses personalistas que constituem a guilhotina dos bajuladores, dos irresponsáveis, dos detratores e dos néscios. Em nós, agora, ou vence o estômago ou o coração, o ideal ou a facilidade, o sentimento ou a falta dele.

Tergiversar, em nenhuma hipótese, é mais possível. O momento é de decisão, de argúcia e agudeza no encarar os fatos. Marginais ao combate, alheios à luta, divorciados dos moços do Brasil é que não podemos ficar. Com eles iremos ao pleito definitivo; em eles perdendo ou junto deles alcançando a vitória, estaremos no lugar que o destino nos traçou e que as profundezas do nosso ser denotam como o único compatível com a nossa condição.

A luta e a decisão, portanto.

A QUESTÃO DO PETRÓLEO

Em boa hora e oportunamente a presidência do XI de Fevereiro convocou esta Assembléia em que se tratará de firmar a posição do nosso Centro em face dos acontecimentos que se veem desenrolando com respeito à questão do petróleo.

Se os fatos e fenômenos que circundam o caso em referência permanecerem num olvido proposital ou num esquecimento compulsório, não basta esta circunstância para significar haja ele renascido fora de época, num contraste à premência e à urgência de outras soluções. Porque, talvez, de todos os problemas que criamos asoberbamente — e são muitos — este seja o mais importante e mais vital, o mais transcendente, nesta época de insegurança e intranquilidade, ditada e conduzida pelos povos que dispõem de energia combustível em quantidades tamanhas capazes de afogar a paz e aniquilar o mundo.

(Conclui na 5ª página)

VIBRANTE DISCURSO PRONUNCIADO PELO ESTUDANTE SECUNDÁRIO FÚLVIO VIEIRA NO DIA 18 DE SETEMBRO

Exmo. Sr. Governador do Estado.

Exmo. Sr. Deputado Presidente da Assembléia Legislativa.

Exmo. Sr. Des. Presidente do Tribunal de Justiça.

Exmas. Autoridades, srs. Professores.

Minhas Senhoras e meus senhores, Colegas.

É de todos os modos digna de aplauso, a iniciativa do Diretório Acadêmico XI de Fevereiro, órgão líder dos estudantes de Direito de Santa Catarina, em promover esta sessão cívica, em regosio pela passagem do primeiro aniversário da Constituição Brasileira.

Demonstram eles com esta atitude, o firme propósito de se manterem vigilantes e alertas na preservação das instituições democráticas em nosso País.

Atravessamos nós, a humanidade inteira transpe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores.

Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos, em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e formulas antiquadas entram em declínio.

Não é, porém, como pretendem os pessimistas e conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início tumultuoso e fecundo de uma nova era.

Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruínas.

Precisamos, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis. Precisamos compreender e tomar parte ativa e inteligente, nos problemas que afetam os nossos tempos.

Acabamos de sair de uma época em que as mais elementares liberdades do homem foram suprimidas. A nova geração que agora começa a surgir, criou-se num clima de insegurança e sem formação para a Democracia. Encontramos, no limitar de nossa formação intelectual, obstáculos gigantescos para a modelação de uma mentalidade sã e democrática.

Somos uma geração grandemente prejudicada.

Nascemos numa época inquieta e tumultuosa. Nascemos e nos criamos entre duas grandes guerras, num clima de profundas modificações sociais.

Esta malfadada circunstância, no entanto, temperou nosso espírito tornando-o suficientemente rijo para enfrentar e vencer os obstáculos que certamente irão surgir neste futuro incerto.

A Constituição Brasileira, que hoje completa o primeiro ano de existência, assegura aos cidadãos os seus direitos fundamentais e lhes garante as liberdades tão sabiamente proclamadas pelo imortal Franklin Delano Roosevelt, pois que o princípio orientador de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política verdadeiramente progressista, permanece tão verdadeiro hoje, como o foi no século passado.

Só nos resta, portanto, respeitá-la, prestigiá-la e, sobretudo, lutar pela sua preservação.

O Brasil, infelizmente, não está inteiramente preparado para o regime democrático. A maioria do nosso povo não sabe o que é democracia, confundem-na com anarquia, pensando que a liberdade é fazer tudo o se quer, mesmos com graves prejuízos para a coletividade.

Não sabem, exatamente, quaes os seus direitos e quaes os seus deveres.

É nesse sentido, que fazemos um apelo aos nossos dirigentes, a fim-

MANIFESTO

O CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO, órgão oficial dos estudantes de Direito de Santa Catarina, em sessão de Assembléia Geral Extraordinária de vinte e sete (27) de setembro do corrente ano, resolveu, face ao palpitante e patriótico movimento dos universitários brasileiros em torno da NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO, lançar o seguinte manifesto:

I — O Centro Acadêmico XI de Fevereiro, como baluarte que é da Democracia e das causas nacionais, decide prestar sua colaboração efetiva à Campanha de Nacionalização do Petróleo;

II — Concitar, dentro do maior respeito à Lei e à Ordem, a todos os cidadãos para que se interessem pela Causa e defendam intransigentemente o "ponto de vista" brasileiro sobre o Petróleo;

III — Ponderar que, como seja esta uma campanha de inteiro sadio nacionalismo patriótico, devem ser afastadas quaisquer atividades político-partidárias prejudiciais à unidade do movimento;

IV — Promover, para melhor objetivação da Campanha, debates públicos e conferências, no intuito de esclarecer a opinião do Povo e animá-lo a lutar pela independência econômica do Brasil, bem em tempo de ser definitivamente proclamada;

V — Realizar, com o mesmo intento, decidida propaganda pelas colunas dos jornais, pelo rádio, e por meio de folhetins e cartazes;

VI — Apelar para os professores de todos os estabelecimentos de ensino, a fim de que ventilem em suas aulas o verdadeiro espírito deste movimento, iniciando assim a mocidade das escolas no trato com os reais problemas da Pátria e dando-lhe consciência do valor que possui e da magnitude de sua destinação histórica;

VII — Conclamar, finalmente, os colegas de outros educandários para que se filiem e reforcem o movimento iniciado pela valorosa Classe Universitária Brasileira.

SALÃO NOBRE DA FACULDADE DE DIREITO, aos 27 de setembro de 1947.

Pela classe acadêmica de Direito de Santa Catarina:

Hamilton Valente Ferreira

Hélio S. de Oliveira

Dilermando Brito

Walter Wanderley

Jairo Silveira de Mattos

Lício Hauer

Otávio da Costa Pereira

Jovelino Savi

A juventude que estuda na Faculdade de Direito de Santa Catarina tem o seu alto espírito democrático à vista do povo. A sessão que realizou, no dia recordativo da promulgação da Constituição Federal, foi esplêndida oportunidade para lhe aplaudirmos as idéias e os sentimentos que a afdalgam.

ARMANDO CALIL

TEATRO ÁLVARO DE CARVALHO

— DIA 31 DE OUTUBRO —

Estréia do

CÍRCULO DE ARTE MODERNA

Sob o patrocínio do

CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO

— X —

Será apresentado o primeiro espetáculo do Teatro de Câmara, em Florianópolis, com as três peças em um ato:

1 — O HOMEM DA FLOR NA BOCA

de Luigi Pirandello

2 — COMO ELE MENTIU AO MARIDO DELA

de G. B. Shaw

3 — UM HOMEM SEM PAISAGEM

de Ody F. e S.

— X —

Nota: Com este espetáculo o CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO inicia a campanha estudantil pró-abatimento do preço dos cinemas e teatros em Florianópolis.

— X —

PREÇO: CR\$ 12,00.

Estudantes — 50% — CR\$ 6,00.

de se intensificar a educação da nova geração para o regime democrático. Assim como o nazismo e o fascismo educavam a juventude nos postulados das suas respectivas doutrinas, também nós, os democratas, não devemos nos descuidar na educação política dos novos mostrando-lhes quaes os seus direitos e quaes os seus deveres. Ensi-

nar-lhes que democracia não é anarquismo e, que liberdade não é fazer o que se quer mas sim o que se deve. E então, o Brasil, confiante nos altos designios que lhes foram destinados marchará para o futuro na certeza de que seus filhos jamais terão a desventura de ver surgir um outro dez de novembro de mil novecentos e trinta e sete.

Petróleo e Comércio Exterior

(Conclusão da 2ª página)

Na verdade, o que se impõe é a encampação da companhia, ainda mais à luz dos esclarecimentos prestados pelo general Juarez Távora, em carta endereçada aos deputados Mangabeira e Velasco, alegando em longo arrazoado o seguinte:

- 1) A Light sempre descolou o céu e desrespeitou as leis brasileiras.
- 2) A Light deixou de fazer a revisão do seu contrato.
- 3) A Light fez «manobras excusas» para obter a concessão de fornecimento de energia elétrica à Central do Brasil.
- 4) A Light impediu a construção da Usina de Salto, em 1937, a qual deveria ser montada por um consórcio italiano.
- 5) «Conseguido esse objetivo — diz textualmente o general Távora estava aberto o campo às manobras imperialistas da Light».

Por tudo isso é que concluímos que essa política de «portas abertas» visa, com a destruição de nossa incipiente indústria, acabar com nossa resistência à colonização: seríamos então meros compradores de quinquilharias e fornecedores de matérias primas, entre estas o petróleo.

Como exemplos dessa «grande ofensiva» poderemos citar, pela ordem cronológica, três fatos distintos, porém *entrelaçados como parte de um mesmo plano*:

1º) Organização, no Rio de Janeiro, da Companhia Nacional de Gás ESSO, que de «nacional» só tem parte de seu nome; a outra, ESSO, representa a pronúncia inglesa das iniciais S. O. de Standard Oil. Conforme se pode verificar no Diário Oficial de 26-10-46, pg. 14.583, a maior acionista dessa companhia «nacional» é: Standard Oil Co. (N. Jersey) — Rockefeller Plaza 30 New York — E. Unidos — com 75.000 ações (75%). Entre os demais acionistas estão ministros de Estado, além de outras grandes figuras nos meios financeiros nacionais. O objetivo dessa Cia. é a exploração do nosso petróleo.

2º) Na Conferência Inter-Americana de Petrópolis, realizada em setembro do ano passado, os Estados Unidos apresentaram um projeto de *Acordo de 27 itens*. O item 4, cujo título é *Mineração*, está assim redigido:

«Aos nacionais, corporações e associações de qualquer das partes contratantes, será permitido explorar e utilizar reservas minerais, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis nos mesmos termos que aos nacionais, corporações e associações de qualquer outro país.» (O Jornal, do Rio de 4.9.47)

3º) Autorização, por decreto n. 24.067, de 17-11-7 (portanto logo após a Conferência), publicado no Diário Oficial de 15-12-47, 1ª página, decreto esse, aliás, firmado por um ministro acionista da Cia. ESSO, — para que a sociedade anônima «International Basic Economy Corporation», com sede em New York, Rockefeller Plaza 30, sala 5.101, possa funcionar no Brasil. Os objetivos dessa sociedade são, entre muitíssimos outros (seus Estatutos são longos): «1- Dedicar-se, participar ou aplicar-se promover e desenvolver *empresas agrícolas, industriais, de mineração, de construção de negócios e de comércio de toda espécie* (até negócios ilícitos?) «2- Fabricar, construir, elaborar, desenvolver, extrair, fomentar ou produzir de *qualquer modo* (mas, como?...), conservar ou armazenar, comprar ou adquirir, negociar, vender, alugar, distribuir, exportar, importar ou tornar disponíveis de *qualquer modo* (também a pau?) **TODAS AS ESTÓCIAS DE MATERIAS PRIMAS**, cruas, elaboradas, semi-faturadas, ou manufaturadas, produtos, artigos, mercadorias, gêneros materiais, combustíveis, alimentos, água, energias, estruturas ou objetos de *toda natureza e espécie* (uff!, não querem nada os anjinhos, eh!)»

Pois bem. O resultado desses três fatos não se fez esperar: ao iniciar o Congresso Nacional suas atividades deste ano, o Governo apresentou-lhe um projeto de Estatuto do Petróleo, que abre aos *trustes estrangeiros* (principalmente à Standard Oil — Rockefeller Plaza 30 — New York), a exploração dessa nossa riqueza.

Conclusão

Em face do que foi exposto, podemos emitir as seguintes proposições:

- a) Afin de manter favorável sua balança comercial e prevenir uma crise interna, os Estados Unidos estão adotando no comércio exterior uma política *expansionista* sem precedentes.
- b) Tal política visa *destruir* nossas indústrias e *conquistar* nossas matérias primas.
- c) Para evitar isso impõe-se que o Governo Brasileiro adote, **URGENTEMENTE**, ao invés da política de «portas abertas», um *rigoroso monopólio do comércio exterior*, capaz de valorizar nossas exportações e *resguardar* nossas divisas e saldos-ouro.
- d) A aplicação de capitais estrangeiros no Brasil é nos nociva pelo mesma forma por que vem sendo feita — visto acarretar *contínuo decréscimo de divisas* e, em última análise, a *inflação*.
- e) Impõe-se, pois, a *nacionalização* de todas essas indústrias estrangeiras.

SOLUÇÃO CRISTÃ AO PROBLEMA SOCIAL

Escreve: Hélio Callado Caldeira

Um dos problemas que através do Espaço e do Tempo mais tem convulsionado a Sociedade Humana — e hoje, mais do que nunca, constitui o foco de disputas encarniçadas e discussões acérrimas — é, sem dúvida alguma, o problema levantado em torno da questão social, questão esta que constituindo o pomo da discórdia das mais desencontradas teorias, gira toda ela, em torno da distribuição da riqueza material, produzida pelo homem vivendo em Sociedade.

Desta distribuição da riqueza material, advém uma série de outros problemas, assim, o de que se baseiar o processo da distribuição? Qual a parte que deverá caber ao trabalhador? Qual ao proprietário dos agentes naturais? Qual ao capitalista? Pois, não há a negar, somente pela união harmoniosa dos três fatores — Capital, Trabalho e Natureza — poderá haver uma produção eficiente, correspondente às necessidades e aos interesses sociais.

Para solução de tão magno problema, tem surgido, várias correntes de opiniões e as mais antagônicas teorias as quais, contudo, pecam, as mais das vezes, por seu exclusivismo extremo, destarte, temos de um lado o liberalismo extremista da Escola Clássica fundada por Adam Smith, preconizando, com seu lema «laissez faire, laissez passer», a liberdade de indústria e comércio, isto é, a não intervenção do Estado no regime econômico, deixando este, inteiramente, a cargo da iniciativa particular; de outro lado, temos o socialismo integral, pregando a abolição da propriedade privada e a completa intervenção do mesmo na economia, até o momento em que seus componentes, estejam tão bem integrados no seu idealismo o que é absurdo — que possam prescindir de seu concurso. Porém, tanto uma como outra destas teorias, pecam pelo seu exclusivismo: a primeira por colocar o proletariado sob a ganância e opressão da burguesia, a qual, cada vez o comprime mais no seu círculo de ferro; a segunda por sacrificar a liberdade em favor de uma igualdade utópica, abolindo a dignidade humana e tornando os homens meras peças de uma máquina de produção.

Mediando entre estes extremismos nocivos, encontra-se a doutrina Social Católica, tendo como pioneiro a insigne figura de Leão XIII, e como escopo a solução da magna questão, por uma combinação da justiça social com a fé religiosa. Esta combinação, entretanto, somente se efetuará por uma filosofia cristã do trabalho, pela passagem do estado atual da primazia do Capital para a primazia do Trabalho. O que vem a ser, porém, uma filosofia cristã do Trabalho? Segundo o ilustre sociólogo brasileiro, Alceu de Amoroso Lima, «uma verdadeira filosofia cristã do Trabalho nos ensina que acima da Técnica está a Política; acima da Política o Direito; acima do Direito a moral, e na fonte de tudo o Amor, o Amor que criou o mundo, o Amor que fez o homem a sua imagem e semelhança, o Amor que se sacrifica até o martírio e a abjeção para regenerar a humanidade, o Amor que ensina os homens a morrer e não a matar, a abrir os braços e não a fechar os punhos, a perdoar sempre com alegria e a só punir por dever imperioso da consciência e sem nunca fechar a porta ao perdão».

Para a consecução de tal objetivo, não poderia a época que atravessamos ser mais propícia, devido às condições plásticas em que se encontram os homens, nesta fase de transição, entre uma Idade Velha moribunda e uma Nova Idade que reponta radiante na aurora do Porvir.

Se lançarmos um olhar retrospectivo à história e acompanharmos, através dela, a evolução social, verificaremos que do Fim da Idade Média até os tempos hodiernos, a Sociedade Humana rassou, sucessivamente, por três estágios: o 1º o da primazia do Privilégio ou Aristocracia do Sangue que vai do Resurgimento até a Revolução Francesa, onde os homens ou nasciam com todos os direitos e privilégios, ou então, eram pelo nascimento condenados a arrastar uma vida miserável e de escravidão; o segundo estágio que predominou durante o século XIX e ainda hoje domina grandemente a Sociedade, é fundamentalmente na primazia do Capital ou Aristocracia do Dinheiro e originado pela

(Continúa na 4ª página)

f) Nosso país dispõe, ainda de quantidade razoável de saldos-ouro e um grande crédito no Banco Internacional, que precisam ser *presservados e utilizados* em nosso benefício, na aquisição de equipamentos, etc.

Assim sendo,
se os grandes trustes nos são tão prejudiciais;
se o capital estrangeiro é fator de liquidação de nossas divisas;
se ainda dispomos de saldos para equipamento de nossas indústrias;
se dispomos de capital no Banco Internacional, em quantidade suficiente;

POR QUE ENTREGAR NOSSO PETRÓLEO AO ESTRANGEIRO?

PETRÓLEO E COMÉRCIO EXTERIOR

LYCIO HAUER

Sabemos que nas trocas comerciais entre os países, *balança comercial* é a denominação dada à diferença entre o valor das importações e o das exportações. Essas trocas são pagas em *cambiais de exportação* (valor ouro em libras ou dólares). Assim, cada letra de câmbio representa uma venda feita no estrangeiro, uma exportação. Um país não pode ser *só importador* ou *só exportador*, pois no primeiro caso o pagamento teria que ser efetuado sómente em moeda, dando por conseguinte extraordinária valorização à mesma e uma enorme *baixa de preços*: então, ninguém compraria no estrangeiro, e *não mais haveriam importações*. No segundo caso, haveria no país um excesso de ouro e daí uma *alta de preços*: ninguém compraria no país e *não haveriam mais exportações*. Vemos pois que é a troca entre as nações uma lei fatal, uma lei de *equilíbrio*. Mesmo em país sob regime de papel moeda o equilíbrio se processa com a depreciação da moeda nacional (alta ou baixa de câmbio, conforme o caso); os produtos estrangeiros encarecem e as vendas para o exterior tornam-se mais lucrativas, *aumentando* as exportações.

Ora, nosso país adota no exterior a política de «portas abertas». Para um determinado país em época determinada de sua evolução econômica, pode ser essa uma política defensável. Mas, para um país como o nosso, de relações de produção semi-feudais e semi-coloniais, cuja economia é quase que essencialmente agrícola, e baseia-se em artigos destinados *não ao consumo do povo, mas à exportação*, — nas condições atuais, em que as exportações americanas estão em uma *expansão* sem precedentes na história, — essa política é bastante *desaconselhável*. Senão vejamos:

1º) Depois da guerra, a produção industrial dos Estados Unidos atingiu a um nível elevadíssimo. E, é óbvio, *tal produção não pode parar ou diminuir* se sivelmente: as fábricas parariam, seria o desemprego, uma crise tremenda.

2º) Devido ao seu sistema *autárquico* de produção, sem uma adequada planificação, lançando no mercado determinados artigos em *prejuízo* de outros e já pelo aumento do custo de vida — em parte *conseqüência* do acúmulo de ouro, baixando o poder aquisitivo do povo, *necessita* de novos mercados: daí sua *expansão*.

3º) Mas, com o aumento de exportações, *acumula-se* de ouro. Conseqüência: alta de preços. Assim, esse ouro *precisa ser escoado*, quer em forma de *empréstimos*, quer em forma de *importações*, quer em forma de *aplicações no exterior*.

Para os americanos, a solução se apresenta na *realização* dos planos Marshall—Truman, de «ajuda» aos povos famintos e coloniais, com o envio de fumo, toneladas de matéria plástica, iô-iôs, baralhos (sim meus senhores, toneladas de baralhos!), rádios e outras *bugigangas*, além de uma pretensa padronização de armamentos.

Agora, para o nosso país as *conseqüências* dessas *soluções* são *funestas*, porque:

1º) Fazem uma concorrência destruidora à indústria nacional.

2º) Liquidam praticamente com nossas divisas e saldos-ouro no estrangeiro.

3º) Prejudicam nossas importações de equipamentos.

Assim sendo, analisemos cada um desses pontos.

a) *Concorrência à indústria nacional*

Segundo dados do Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior, de dezembro de 1946, verificamos a seguinte modificação em nossa importação de produtos manufaturados:

Em 1945 importamos 2.853.000.000 de cruzeiros,

Em 1946 importamos 4.973.900.000 de cruzeiros.

Diferença: aproximadamente 2 bilhões de cruzeiros.

Enquanto isso nossa exportação de manufaturas diminuiu:

Em 1945 exportamos 1.500.000.000 de cruzeiros.

Em 1946 exportamos 1.100.000.000 de cruzeiros.

Como resultado, sofre toda nossa indústria: de calçados, de remédios, de alumínio, de aços finos, etc., além da de tecidos agravada, ainda mais, em parte pela proibição de exportação de excedentes, diminuindo consideravelmente nossos saldos. Nossas fábricas de alumínio e de aços finos já desapareceram. Já está fechada a fábrica de aviões da Lagoa Santa e praticamente liquidada a Fábrica Nacional de Motores.

Em fevereiro deste ano esteve em S. Paulo o General Woods, que controla o maior truste comercial do mundo — a «Sears Roebuck & Co.». Esse truste explora desde roupas feitas até remédios. Pois bem. O General Woods comprou em S. Paulo vários terrenos onde pretende instalar grandes armazéns destinados à venda de artigos importados e já encheu o comércio da capital paulista de sapatos e roupas feitas, por preços inferiores aos nacionais. Sim, enquanto não liquidam por completo as indústrias nacionais, seus preços são sempre inferiores...

b) *Liquidação de nossas divisas e saldos-ouro.*

Conforme o relatório de abril de 1947 do Banco do Brasil, o total de nossas divisas no exterior, em 31 de dezembro de 1946, era de Cr\$ 6.846.295,50; enquanto que os saldos em ouro eram de Cr\$ 7.095.389.907,80. Mas, desses saldos só poderíamos dispôr, praticamente, dos depositados nos Estados Unidos, pois que os do chamado «bloco esterlino», no valor de 5 bilhões de cruzeiros, estavam congelados (recentemente o Governo já negociou de maneira sumamente desvantajosa, pela quinta parte, o *descongelamento* desses saldos: só poderemos dispôr de 1 bilhão, e assim mesmo por quatro anos).

Assim, qual o destino dos saldos nos Estados Unidos? Vejamos.

Em 31-12-45 tínhamos 34.000.000 de cruzeiros.

Em 31-12-46 tínhamos 248.000.000 de cruzeiros

Assim, em um ano perdemos um bilhão, importando as *bugigangas* que encheram nosso mercado.

Agora, se atendermos ao relatório do 1º semestre de 1947 do Banco do Brasil, verificamos que «o saldo das reservas de divisas passou de 5 bilhões e 937 milhões para 5 bilhões e 218 milhões de cruzeiros» o que evidencia estarem nossas divisas praticamente liquidadas, tanto que parte de suas reservas já serviu de operações de crédito.

Isso porque, além da aquisição de *quinquilharias* — uma das formas de pagamento das nossas exportações de produtos que encerram grande soma de trabalho humano, esforço braçal, suor e sangue de milhões de brasileiros que vivem em nossas fazendas e minas em condições de vida as mais miseráveis, é sabido que as *cambiais-ouro* destinam-se também a enviar ao exterior os lucros obtidos pelas *companhias estrangeiras* no Brasil (Light, Standard Oil, Leopoldina, Frigorífico, etc.). São milhões de cruzeiros que saem em ouro, sem entretanto haver *siquer* a circulação de um cruzeiro em artigos de consumo correspondentes. É isso causa de grande inflação, *que aumentará quanto mais companhias estrangeiras trabalharem no Brasil e mais lucros enviarem anualmente para o exterior, conforme salienta* alhures o prof. Hilio de Lacerda.

Esses lucros de *companhias estrangeiras são enormes*. Em 1946, demonstra Artur Bernardes, os lucros de quatro das empresas que exploram nosso comércio distribuidor de petróleo foram:

Companhias	Capital (Milhões de cruzeiros)	Reserva	Lucro Líquido
Standard Oil Co. of Brasil	77.662	39.812	257.975
Shell Mex Brasil Co. Ltd.	148.587	271.115	68.703
Atlantic Refining Co. . . .	41.703	14.575	63.177
The Caloric Co.	15.671	1.226	86.154
Total	283.623	386.728	476.009

NOTA: — Como as reservas são tiradas dos lucros líquidos, *deverem ser somadas* 862.737

Outra companhia de grande lucro é a Light Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd.), companhia canadense, mas estreitamente ligada ao capital financeiro internacional. Seus lucros foram:

Em 1946 . . . 23.101.481 dol. (462.000.000 de cruzeiros)

Em 1947 . . . 25.981.384 dol. (519.000.000 de cruzeiros)

Como verificamos, os lucros são *fabulosos*. Pois é a essa Light que o Governo pretende emprestar a *insignificante* importância de Cr\$. 1.800.000,00!!!

É isso à conta do crédito de 104 milhões de dólares (2 bilhões e 10 milhões de cruzeiros) de que dispomos no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o que vale dizer: o Brasil com seu próprio ouro (nossas ações foram totalmente integralizadas, com grande sacrifício, é claro, das nossas disponibilidades), irá fazer um empréstimo a Light (cotidinha...), cujos lucros são, no período de um ano, superiores à renda da totalidade das nossas empresas industriais, consignadas no orçamento, afim de que a mesma aufera mais lucros, e mais dividendos distribua para o exterior, em prejuízo das nossas *cambiais* — ouro. E se a Light não saldar seus compromissos o Brasil é que fica como responsável, como avalista que é perante o citado Banco Internacional. É realmente uma verdadeira anedota, como disse o deputado Diógenes de Arruda Câmara, mas uma anedota triste, pois que nossos saldos desaparecerão.

«No caso em questão, — dizem os deputados João Mangabeira e Domingos Velasco, em requerimento de informações, o dilema está à vista: ou a Brazilian Traction tem, como de fato tem, recursos para desenvolver todo seu monopólio, ou não os tem e, nesse caso, o que se impõe é a rescisão do contrato ou a desapropriação».

(Continua na 3ª página)

Ensaio de Crítica Literária

(Conclusão da 4ª página)

Papen, Molotov... (Nem é preciso dar nome aos bois.) Depois, o que foi aquele dilúvio de sangue, suor e lágrimas, todos sabemos. E agora, dois lustros decorridos, eis que, por uma ironia diabólica do Destino, terminada oficialmente a formidável conflagração de que 1938 fôra prólogo, voltam a ter sentido as reflexões pessimistas do pensador gaulês. Não será este ano da desgraça de 1940 mais «hediondo», por ventura, que aquele a que se referira Bernanos? Não estaremos «vivendo» o interlúdio a que se seguirá a terceira parte da peça macabra intitulada «Guerra»? Onde o mundo melhor, esperança das esperanças desta geração infeliz? Em que páramos de ideais perdidos estarão, campeando as quatro liberdades de Roosevelt? Liberdade de palavra e de expressão, liberdade de culto, liberdade de viver sem fome, liberdade de viver sem medo: quem poderia traduzir-nos, na íntegra e literalmente, esses princípios mínimos de reivindicações humanas em termos exatos da realidade actual? E a paz? Pobre alma penada!

...Ai de nós se não existisse a Poesia!

Esses pensamentos escaparam-me do lápis, tão logo me dispus a rabiscar algumas linhas de crítica à margem do livro (de sua autoria e valorizado por uma dedicatória autografada) que me mandou Manoel Cerqueira Leite — «A'gua Na Cuia» (Editora Brasiliense Limitada — São Paulo, 1948).

Não julgue o Leitor (face à introdução destas apostilas) que se trata de uma obra recheada de poemas sociais, portadores de mensagens e inspirados por algum esto revolucionário... Nada disso. Bem ao contrário. O livrinho é inofensivo, cem por cento inofensivo mesmo, sob esse ponto de vista. Se fosse um filme, mereceria esta classificação: «censura livre»...

Bucólico é o gênero das poesias enfeitadas no recente volume da bibliografia de Cerqueira Leite. O «fugere urbem» de Horácio transparece em cada página, conforme, no prefácio, assinala António Soares Amóra. E a esse respeito não há reparos a fazer. O tema

campesino é desenvolvido com sinceridade, com sentimento e sem afectação. (O autor é «caipira» genuíno do «hinterland» ban leirante, que se transferiu para a Paulicéia, aguilhoado por ambições (de ordem intelectual).)

Há em todo livro uma nota emocionante: a mais sentida nostalgia do sertão.

No acervo das boas qualidades de «A'gua Na Cuia», merecem destacadas estas: fidelidade aos temas explorados, sem os exageros do realismo ridículo (que, para alguns, consiste só na estropiação do vocabulário e nas violências de tola a ordem contra o vernáculo) e ainda respeito à boa técnica poética...

Mas, assim como só o simples facto de um homem não violar os mandamentos não é suficiente para que ele possa ser considerado santo (no sentido heróico da palavra), da mesma forma o que afirmámos acima não isenta o livro em foco da qualificação o de medíocre, que é o que ele, de facto, no geral, é. Perorando a comparação: o livro medíocre (ainda que limpo de erros) está tanto para o notável, o extraordinário, o genial, como o cristão apenas respeitador do Decálogo está para o santo...

Poemas há, em «A'gua Na Cuia», que não se ressentem de mediocridade, do terra à terra de produções congêneres. «Lenda Velha» é um deles; «Porteira Triste», «Pingo de Orvalho», «Soneto incompleto», também, etc. São, páginas que valem a pena ser lidas. Porém, ao lado, há outras fracas, quase sem valor algum, empanando o brilho, prejudicando o valor que, sem favor nenhum, a obra possui parceladamente.

Em todo o caso, apesar dos pesares, há uma compensação. Leitores, no caso de lerdes o livro e não puderdes cotar mais alto a obra do que eu próprio cotei (erradamente, talvez): «A'gua Na Cuia» representa, de qualquer forma, uma contribuição de seu distinto Autor à poesia nacional. É uma prova de que ainda existem almas boas, por estes Brasis, que se interessam pela Poesia...

...E ai de nós, se não houvesse a Poesia!

Miscelânea

Para assegurar o progresso é necessário reformar continuamente o direito tradicional. Uma aristocracia pode contentar-se com defender e conservar uma democracia deve inevitavelmente conquistar e desenvolver. Daí a transformação inessãnto do direito sob o impulso da ideia democrática (George Ripert)

As Ordenações Filipinas ainda concediam ao marido o direito de castigar a mulher. Só o Direito Criminal de 1830 veio abolir esse uso tão repugnante à dignidade humana.

A democracia é uma República em que o povo conquistou o direito soberano (Montesquieu).

Legislação Trabalhista

LIBERDADE SINDICAL

Olávio da Costa Pereira

CONCEITO

A liberdade sindical é um dos problemas mais sérios com que defrontamos dentro do sindicalismo.

O princípio da liberdade sindical, diz Oliveira Viana, pode ser entendido de dois modos: 1º o da liberdade individual de associar-se; 2º o da autonomia sindical e da pluralidade sindical.

O primeiro, diz êle, se contrapõe ao princípio da sindicalização obrigatória e, o segundo, ao da unidade sindical e do sindicato controlado pelo ESTADO.

Cesarino Júnior, na sua excelente obra, «Direito Social Brasileiro», também esclarece o leitor da amplitude que pode ter esta expressão. Ora a liberdade sindical é a liberdade de organizar sindicatos (questão de unidade e pluralidade sindical), ora é a questão da liberdade do trabalhador de sindicalizar-se ou não (sindicalização compulsória ou obrigatória), ora o reconhecimento do direito de plena auto-determinação dos sindicatos (autonomia sindical).

Nossa tése estuda a liberdade sindical nos seus diversos aspectos.

x x x

UNIDADE E PLURALIDADE SINDICAL

É um problema que está intimamente ligado ao da liberdade sindical. Há duas correntes: 1º a dos que advogam a unidade sindical; 2º a dos partidários da pluralidade sindical.

A fórmula liberal está na pluralidade sindical. O «clima optimum» do sindicato plúrimo, diz Oliveira Viana, está na democracia liberal. Na pluralidade sindical não há restrição alguma. Já a unidade sindical é própria dos regimes corporativos e das democracias dirigidas. Aqui há restrição na liberdade sindical, restrição de cunho individualista, em favor do bem estar coletivo.

Clovis Leite Ribeiro, em artigo publicado no Digesto Econômico, de maio último (o Imposto Sindical e a Contribuição dos Sindicatos para a Solução Cristã dos Problemas Sociais), situando a posição da Igreja no terreno sindical, aponta uma terceira corrente. São suas estas palavras: «O problema sindical, de um modo geral, pode ter tres soluções. A do liberalismo oitocentista, fundamentada na pluralidade sindical e na mais irrestrita liberdade de associação; a do totalitarismo, que reduz os sindicatos a meros órgãos executores da política social do Estado; e a do neo-liberalismo que no sentido das diretrizes de Leão XIII e Pio XI, respeitando a liberdade de inscrição no sindicato e admitindo a livre existência de associações civis congêneres, presereve a unidade sindical e dá aos sindicatos, mediante delegação de funções, os meios legais e materiais de realização de sua tarefa. Essa terceira corrente que se convencionou chamar neo-liberalismo, nada mais é que uma corrente de caráter conciliatório. Foge da fórmula liberal como da totalitária, mas busca nas suas idéas a solução para o problema. cremos que nossa atual legislação sindical está enquadrada dentro dessa terceira corrente.

Afinal, deve ser reconhecido pelo Estado, para cada categoria profissional, como representante desta, em cada localidade, um único sindicato (unidade sindical) ou mais de um (pluralidade sindical)? E' questão assás controvertida e acha-se intimamente ligada ao problema da personalidade jurídica (de direito público ou de privado) do sindicato, e a questão de seu caráter neutro ou confessional. Ahã, a questão de saber-se si pessoa de direito público ou privado, já está relativamente assentada. Não me conhece nenhuma legislação sindical moderna que relegue o sindicato para o plano de associação puramente privada e, ao mesmo tempo, lhes atribua funções públicas e políticas. A corrente dominante é a que coloca o sindicato como pessoa jurídica *sub-genêris*, contribuindo para a formação dos órgãos do Estado, representando forças sociais e econômicas. Pela nossa lei, enquanto associação profissional, é de direito privado e, quando sindicato, é de direito público. Quanto ao seu caráter neutro ou confessional, a corrente maior pende para a neutralidade. Oliveira Viana teve uma interessante polémica com a corrente católica do Brasil. Defendendo o sindicato neutro encerrou o assunto dizendo que, pela Encíclica «Quadragesimo Anno», os católicos podem ingressar nos sindicatos únicos uma vez que êsses sindicatos façam profissão de justiça e equidade, deixem aos sócios católicos plena liberdade de obedecer à própria consciência e cumpra os preceitos da Igreja.

Volvendo ao problema da unidade e pluralidade sindical perguntamos: unidade ou pluralidade sindical? Os partidários da unidade sindical afirmam que, sendo uma a profissão, não seria aceitável que houvesse pluralidade de representantes. Dizem eles, e de fato assim o é, que a pluralidade só pode preva-

(Continua na 6ª página)

Solução Cristã Ao Problema Social

(Conclusão da 3ª página)

Revolução Francesa, guerras Napoleônicas e, sobretudo, pelo advento da máquina a vapor com a consequente Revolução Industrial que provocou o terceiro estágio, ora iniciado — consequência de uma longa evolução, culminando com as duas últimas sangrentas guerras mundiais, reconhece a primazia do Trabalho, principalmente, por ser por ele que, o homem participa pessoal e diretamente na produção da riqueza; é sobre este domínio do Trabalho sobre o Capital que, a Igreja Católica baseia sua doutrina da distribuição da riqueza material, doutrina esta magnificamente sintetizada no Código de Malines, onde preconiza, não uma igualdade perante Deus; onde condena severamente uma igualdade social irrealizável, como bem se pode concluir das palavras de Leão XIII, na encíclica «Rerum Novarum»: o homem — afirmou ele — deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela realmente que estabeleceu entre os homens diferenças tão variadas como profundas, diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força, diferenças necessárias, donde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. É esta doutrina, ainda, que prega a intervenção do Estado na Vida Social, afim de evitar os excessos de exploração das classes desfavorecidas pelas classes dominantes; afim de dar aos trabalhadores uma parte razoável dos bens materiais por eles produzidos, finalmente, uma intervenção que evite todas explorações do homem pelo homem que um regime liberal ocasionaria, isto sem detrimento da liberdade, como acontece no socialismo integral, onde o Estado é o Senhor Todo-Poderoso a sacrificar e escravizar seus filhos sob o azorrague impiedoso de sua autoridade despótica.

É, pois, a doutrina católica a que oferece melhor solução para magna questão social, pois ela reconhece ser este problema, antes de uma questão de ordem puramente material, uma questão de ordem moral e, portanto, sua satisfatória e completa solução sómente será conseguida por uma verdadeira filosofia cristã do Trabalho; por uma concepção moral do econômico, isto é, por um planeamento da economia e não por uma economia baseada no lucro e ganância do capitalista; enfim, por uma combinação da justiça social a fé religiosa.

Um Forasteiro Na Metrópole

POR JAIR S. MATTOS

(Baseado num poema de Erich Kästner)

Ele saiu a passear, seus pés bateram sobre a calçada de cimento. Percorreu vários quarteirões borbulhantes de atividade humana.

A cidade era grande e o rodeava. Os prédios eram altos e seus topos buscavam a vizinhança das nuvens.

Ele ficou cansado. Não que seus pés estivessem doendo ou que seus olhos estivessem exaustos de ver novidades: ele apenas estava cansado de andar dentro da multidão, dessa multidão que se precipitava para a direita e para a esquerda.

Entrou num café, abriu caminho a cotoveladas e debruçou-se num balcão. Bebeu às pressas o conteúdo da minúscula xícara, pagou e foi empurrado dali por outros homens que pareciam estar sedentos de café com leite.

Restituído à calçada, livre do aperto, respirou aliviado, alisou o paletó e continuou a palmilhar a rua.

Avistou um cinema, juntou-se à longa fila de fans, avançou passo a passo em direção da bilheteria e comprou uma dispendiosa entrada.

No largo corredor beldades sorriam e mostravam as pernas enquanto varões cheios de intempestiva bravura brandiam floretes e apontavam pistolas automáticas.

Cortinas de veludo separavam os cartazes do grande salão, no qual a gente mergulhava no lívido clarão emanado dos tubos fluorescentes.

Sobre as inúmeras poltronas alinhadas uma infinidade de cabeças negras, louras, brancas e calvas se remexia quase que rítmicamente ao mesmo tempo que a eletrola invisível ejaculava um *fox slow*.

Ele avançou e tomou um lugar, cessou a impressão da dança das cabeças.

O vasto salão ficou às escuras, a luz inundou a gigantesca tela.

Como em todos os filmes, havia um caso de amor e um problema a resolver e tudo terminou com um beijo romântico.

As luzes se reacenderam e a assistência foi derramada na rua.

Ele entrou numa luxuosa confeitaria repleta de formosas damas vestidas de seda e de elegantes cavalheiros trajados de finas basemiras. Todos tomavam bebidas caras,

Havia espelhos pelas paredes e flores sobre as prateleiras cheias de garrafas.

Ele se sentou numa confortável cadeira e, com toda a displicência, apalpou o mármore frio e liso da mesinha à sua frente.

Os olhares passavam por ele, inexpressivos, fitavam-no sem vê-lo.

Ele ficou triste, não porque os desconhecidos não o notassem nem porque tivesse saudade de sua cidadezinha natal, mas porque desejava conversar e não avistava um amigo.

Surgiu um garçon irrepreensível na alvura imaculada de sua jaqueta e na imaculada frieza de seu rosto.

Ele pediu cerveja e recebeu um copázio de cristal cheio de áureo líquido e de macia espuma branca.

Cruzou as pernas. Então reparou que os sapatos daqueles homens cintilavam como joias.

Isto não o preocupou e bebeu devagar diante daquelas mulheres de exquisitos penteados e daqueles homens de unhas polidas.

Esvaziou o copo e arrotou discretamente, acendeu um pequeno charuto e pagou ao garçon.

Então ergueu-se e saiu sem deixar gorjeta.

Era noite.

A imóvel procissão dos letreiros luminosos gritava em silêncio seus polferomos reclames.

Raros transeuntes caminhavam agora. Em cada esquina um policial encapado bocejava de sono e frio.

Os automóveis atravessavam a penumbra precedidos pelos luminosos jorros de seus possantes faróis. Os pneus giravam sobre o asfalto e o rubro farolete trazeiro perdia-se na distância escura.

Ele sentiu sono, pôs as mãos nos bolsos das calças e dirigiu-se ao hotel.

Na manhã seguinte a beleza invadiu a cidade pelos raios jubilosos de sol magúfico.

O povo corria aos escritórios e lojas; os automóveis buzinaavam alegremente, avançando lépidos sobre o leito negro das ruas como animais selvagens pelas veredas do bosque, numa demonstração da vontade de viver.

Ele sentiu também a formosura do dia e saiu a andar.

Reparou que a cidade continuava a mesma...

Sentou-se num banco de jardim que o sol recém-enxugara do orvalho noturno e ficou ali, quieto, mirando os respingos dum repuxo.

Havia uma palmeira à sua direita. Uma criança de pedra banhava-se imóvel na água do chafariz.

Um caminhão passou correndo ao longe e soltou um grito ríspido quando um ciclista audaz lhe atravessou o caminho, quase roçando os parachoques do hércules das estradas.

O menino de pedra não olhou para ele nem havia parais naquele jardim. Mas ele teve, de súbito, uma intessante idéa.

E perguntou:

— Que, diabos, vim fazer aqui?

Suas sobranceiras se aproximaram e ele olhou em redor à procura de uma resposta.

As coisas permaneceram mudas e ele se levantou.

Foi arrumar as malas.

Logo estava na estação e comprou um bilhete de volta.

O trem marchava sobre os trilhos com a cadência forte dum exército.

De sua janela ele olhava sem saudade a grande cidade que se ia distanciando.

Os altos edifícios foram diminuindo, pouco a pouco e desapareceram atrás de uma colina.

E ele bocejou entediado pela monótona trepidação do trem...

NOTA: Quanto ao poema de Erich Kästner, vide *A Cigarra*, dezembro de 1945, pág. 105.

Ensaio de Crítica Literária

“A’gua Na Cuia”

José Medeiros Vieira

«N'oubliez pas désormais que ce monde hideux ne se soutient encore que par la douce complicité — toujours combattue, toujours renaissante — des poètes et des enfants.» Palavras de Bernanos, extraídas do autógrafo que o autor do «Diário de um cura da aldeia» deixou no álbum da Sra. Maria Helena Amoroso Lima Senise, e que, embora escritas há cerca de dez anos, se reactualizam hoje com mais eloquência do que nunca.

Quando o eminente intelectual francês, por cuja morte se tarjaram há pouco as letras de quase todo o mundo, expressou as comoventes considerações transcritas acima, as luzes vermelhas e sinistras das gambarras do segundo acto da tragédia iniciada em 1914 estavam ainda veladas pelo encardido pano de boca duma diplomacia a um tempo covarde e dinica, irresponsável e criminoso... Chamberlain, Von

(Continúa na 5ª página)

NOSSO QUADRO DE FUTEBOL



O «clichê» sup a mostra o quadro de futebol da nossa Faculdade que desde abril do ano corrente vem disputando numerosos jogos e tomando parte no Campeonato Universitário promovido pela F. A. C. E. A partir da esquerda, em pé, nossos colegas são: Hamilton, Fulvio, Helio Milton, Dalmo, Boos e Tales; ajoelhados: Carmelo, Caldeira, Jaimor, Eduardo e Nelson.

Os adversários dos Catarinenses nos IX^o Jogos Universitários Brasileiros

Consoante o sorteio de jogos procedido em julho último, no Rio, por ocasião do XI Congresso de Estudantes, pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários (C. B. D. U.), os Catarinenses ficaram designados a enfrentar os seguintes adversários nos IX jogos Universitários Brasileiros:

Futebol — no 3^o jogo do certame contra a Federação Universitária do Pará. Caso vença o seguinte adversário será a Federação Paranaense.

Basquete — no 1^o jogo contra a Associação Atlética Acadêmica da Faculdade de Direito de Goiaz, que representa esse Estado. Caso vença enfrentará a seguir a Federação da Bahia.

Voleibol — no 3^o jogo contra a Associação Atlética Acadêmica da Faculdade de Direito de Amazonas. Vencendo, os catarinenses enfrentarão em seguida os mineiros.

Esgrima — primeiramente com a Federação Paulista e caso vença com a Federação Carioca.

Tenis — primeiramente com a Seleção Paulista e depois, caso vencedores, com o vencedor do prélio Mineiros x Cariocas.

Nos demais desportos, a equipe da F. A. C. E. peleará em: remo, natação e xadrês, coletivamente com as demais Federações.

Partirá dia 30 a delegação da F. A. C. E.

Segundo soubemos, a delegação da F. A. C. E. que disputará os IX Jogos Universitários Brasileiros, partirá desta capital rumo a Curitiba em 30 do corrente (segunda-feira), viajando com lotação completa em confortável ônibus da Auto-Viação Catarinense.

A delegação ficará hospedada no Colégio Estadual do Paraná, como as demais embaixadas universitárias.

A FUPE recebeu 250.000 cruzeiros!

Noticiário de São Paulo informa que a Federação Universitária Paulista de Esportes (F. U. P. E.) recebeu do Governo do Estado o auxílio de 250.000 cruzeiros para benefício de suas atividades desportivas e participação dos 9^{os} Jogos Universitários Brasileiros.

1^o Campeonato Universitário Catarinense

Paralelo, agora, pela realização dos treinos das seleções da FACE, o 1^o Campeonato Universitário Catarinense deverá ter reinício em fins de setembro vindouro, finalizando-se em novembro.

Serão realizados certames de futebol, volei, basquete, atletismo, natação, remo, xadrês com o concurso de equipes das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas e Farmácia-Odontologia.

No 1^o turno dos certames de volei e basquete realizado em junho último está na liderança dos mesmos a valorosa representação da Faculdade de Ciências Econômicas.

2^a Olimpíada Colegial de Florianópolis

A exemplo do que realizou em 1944, a Federação Atlética Catarinense de Estudantes fará realizar em meados de outubro próximo, a 2^a Olimpíada Colegial de Florianópolis.

Esse certame que terá o concurso de equipes do Colégio Catarinense, Escola Industrial, Instituto de Educação, Academia de Comércio e Colégio Coração de Jesus, será disputado com jogos masculinos e femininos.

Atletismo, Volei, Basquete, Futebol, Tennis, Remo serão os desportos programados.

Miscelânea

Uma virtuosa mulher, ainda que seu marido tenha conduta reprovável deve reverenciá-lo constantemente como a um Deus (Lei de Manú)

Santa Catarina disputará pela 1^a vez os IX^o Jogos Universitários Brasileiros!

Em nossa edição anterior já divulgamos que nosso Estado, por intermédio da Federação Atlética Catarinense de Estudantes (F. A. C. E.) disputará pela vez primeira os IX^o Jogos Universitários Brasileiros, programados para 1 a 7 de setembro vindouro em Curitiba.

Trata-se, como vemos, de uma valiosa iniciativa que em muito beneficiará a classe acadêmica de Florianópolis.

Levando à capital paranaense, onde na "Semana da Pátria" estarão presentes cerca de mil atletas de 12 Estados, aos acadêmicos das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas e Farmácia-Odontologia, será dada a oportunidade de se pôr em contacto, através as competições olímpicas, com universitários de todo o Brasil.

Por este meio, visto que nunca se fez uma "Caravana" semelhante, os acadêmicos catarinenses encontrarão o ensêjo para demonstrar aos colegas patricios que Santa Catarina se desenvolve grandemente, podendo mandar agora sua representação à festa magna dos despertos universitários do Brasil.

Tendo começado neste ano a prática desportiva universitária entre nós, com o reerguimento da F. A. C. E., e sendo esta a primeira vez de que participaremos daquele certame, é certo que resultados destacados não poderemos conseguir frente a experimentadas e poderosas equipes dos grandes Estados.

Todavia essa participação se revela de excepcional importância, ainda que muitos colegas céticos não queiram acreditar, pois, intervindo desta feita nos XI Jogos, ter-se-á o ensêjo de adquirir experiência com o aprendizado que será adquirido nas canchas de Curitiba e ganhar o estímulo necessário para bastante progredir nos próximos dois anos até disputar os Décimos Jogos de 1950, quando então nossa representação, com tais elementos, será mais poderosa e capacitada.

Por isso é que os dinâmicos dirigentes da F. A. C. E., acadêmicos Renato Ramos da Silva, Helio Milton Pereira e Renato A. Nascimento, principalmente, têm se empenhado com intenso trabalho e contínuos sacrifícios para efetivar o ideal de colocar Santa Catarina, também, lado com outros Estados, no cenário desportivo universitário do Brasil!

Compreendendo, colegas, esse formidando esforço e dêem seu apoio à vigorosa e entusiasta F. A. C. E.!

Mil atletas disputarão os IX^{os} Jogos Universitários!

Doze Estados se farão representar! — Santa Catarina está também inscrita!

CURITIBA — Como já é do conhecimento do público esportivo, Curitiba será sede dos IX Jogos Universitários de 1948, estando as provas programadas para o período de 1 a 7 de setembro vindouro.

Cerca de 1.000 atletas, representando 12 Estados, disputarão as Olimpíadas Universitárias deste ano, que se realizarão no estádio "Dival de Brito" e no estádio "Bellort Duarte".

As inscrições à máxima competição universitária já foram encerradas, sendo as seguintes as unidades federadas que participarão do IX Jogos Universitários: Paraná, São Paulo, Distrito Federal, Rio G. do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Goiás, Pará e Amazonas.

Quanto à realização das regatas universitárias, já ficou assentado que serão realizadas na cidade de Paranaçuá.

Como se vê, não só pelo grande número de concorrentes que participará do IX Jogos Universitários Brasileiros, bem como pelos preparativos que a C. B. D. U. vem levando a efeito, pode-se antecipadamente garantir que a Olimpíada Universitária irá alcançar sucesso sem precedentes!

Grande triunfo do "onze" da Faculdade de Direito

Em 24 de julho último teve lugar a partida «revanche», no gramado do Colégio Catarinense, entre as equipes da nossa Faculdade e dos Universitários catarinenses de outras capitais, estão em férias nesta capital.

Cumprindo sua melhor «performance», nosso pelotão saiu vitorioso pela indiscutível contagem de 7 pontos a 3, seu maior triunfo até hoje.

Legislação Trabalhista

(Conclusão da 5ª página)

lecer nos sistemas liberais, porque, não será possível admitir pluralidade onde há política dirigida. Os adeptos da pluralidade sindical dizem que não é justo constranger o indivíduo a escolher para a defesa de seus interesses profissionais, os processos, as idéias, a política que eles consideram mais eficientes. Essa escolha é um direito na democracia liberal e suprimi-la constitui um atentado à liberdade do indivíduo, inadmissível num regime liberal. Tristão de Ataíde e Cesarino Júnior, professam esse sistema. Já, Oliveira Viana, está com a unidade sindical. Convém, contudo, ouvir a palavra do douto Roger Bonnard. Diz êle que quasi sempre (mesmo que se estabeleça a pluralidade sindical) o sindicato mais representativo é chamado a representar toda a profissão embora haja indivíduos não sindicalizados e existam sindicatos menores. O sindicalismo, diz êle, tende para o sindicato único e obrigatório, o que é propriamente a negação da liberdade sindical.

A Constituição de 1946 consagra o principio da liberdade sindical, no seu artigo 159.

(continua no próximo número)

Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Direito de Sta. Catarina

Acadêmico O. da Costa Pereira

O atual Diretório do Centro Acadêmico «XI DE FEVEREIRO», instituiu uma medida excelente. Foi a criação do «Livro de Sugestões».

Ficando, permanentemente, à disposição dos acadêmicos, estes, a todo o momento poderão registrar as suas sugestões que serão consideradas pelo Diretório, nas reuniões ordinárias. Será, talvez, o auxílio mais eficiente que o acadêmico poderá trazer ao Diretório. Idéias boas e viáveis. Este nem sempre sabe catar o trigo do joio. Muita vez desperdiça suas melhores energias em causas ócas.

O interessante é que tem aparecido sugestões a valer e todas com muita substância e bem viáveis. E é o que se quer.

O Diretório tem recebido essas magníficas colaborações, com grande prazer, e vai procurando concretizá-las, uma a uma. Assim, estão em andamento as que sugerem a criação da «GALERIA DOS PRESIDENTES DO CENTRO», conferências mensais, coleta de fundos para a aquisição do Código Civil Interpretado de Carvalho Santos, organização da União Estadual de Estudantes, etc.

Porém, desejo referir-me, hoje, a uma que reputo de transcendental importância, pois toca de perto em nosso futuro e no de nossa já tradicional Faculdade. É a sugestão nr. 6 da autoria do colega Renato Azevedo Nascimento. Ela:

«Sugiro que o C. A. «XI DE FEVEREIRO» inicie um movimento tendente à formação de uma sociedade dos ex-alunos da Faculdade. É lógico que a sociedade deverá ser formada pelos ex-alunos.

Fpolis., 19-9-47

(Ass.) Renato Azevedo Nascimento

Magnífico! Nossa Faculdade é uma casa de ensino que poderá formar entre as mais acaudadas e respeitáveis do país, pois conta com quasi dois séculos de existência. Daqui saíram nada menos que 11 turmas de bacharéis. Noventa advogados têm seus diplomas pela «Casa de José Boiteux». Desses, uns tem suas bancas, outros ocupam posições elevadas no cenário político ou administrativo do país, outros, ainda, na magistratura. Todos porém, honrando o selecionado corpo docente da Faculdade.

Cerca de noventa advogados, repito, saíram daqui. É um número mais que suficiente para levar avante a idéia. Em Florianópolis, presumo, acham-se talvez quasi a metade deles. Os domiciliados em outros municípios poderão constituir o corpo dos sócios correspondentes ou coisa similar. Bem. Isso é assunto para os interessados. Apenas quero avivar a idéia magnífica do colega Renato, esperando que os ex-alunos da Faculdade de Direito de Santa Catarina, à semelhança do que lhe vê nas outras capitais do país, onde há Faculdades de Direito.

Miscelânea

A ginococracia ou matriarcado é mais uma balela que um fato. Si existiu, então apenas esporadicamente, excepcional e transitória (Clovis Bevilacqua)

No Direito Romano o marido tinha sobre a mulher o direito de morte *sine iudicio*, no caso de adultério *in flagranti* (citação de C. Bevilacqua).

É Preciso Cantar Antes Que Venha a Dor

(Eglê Malheiros)

Eu quero que todos os raios de sol
Venham beijar meu corpo
Eu quero pela manhã
Sentir-me nascer em cada flor aberta
E ter a sensação de vida
Em cada gesto que fizer
E agora, quando as aves e as flores
Cantam cores e som
E o mar ensaia de dia
O acalanto p'ra lua
Tudo manda que eu cante
Antes que tudo se cale
Minha confiança na vida
Devo demonstrá-la agora
O beijo que tenho nos lábios
Devo ofertá-lo a alguém
A ternura que possuo
Minha ansia de dedicação
Devo entregá-las sem medo
Para cantar inteira minha canção
É preciso cantar antes que venha a dor
Antes que cada dia seja morte renovada
Antes que minha ternura
Seja amargor e tristeza
Antes que o risco é o amor
Venham com o rótulo «saúde»
E que na casa dos sonhos
Haja um «para alugar»
É preciso que eu cante
Que danse, viva e ame
Seja raio de lua e brilho de sol
Que esteja no riso dos que se querem
Na beleza dos que sonham
Na fé dos que esperam
No pão dos que têm fome
Na alegria das crianças a brincar
É preciso ao menos
Que eu tente modular o verso
Para quando tudo tiver acontecido
Tudo que aniquilam, que desespera e corroi
E eu for sozinha pela estrada
Se advinhe um pouco de música
Na garganta que geme a canção que não cantei

Liga das Associações da Mocidade de Florianópolis

Em meados de abril, o Clube Cultural Ordem e Progresso fez realizar, nesta Capital, uma reunião de representantes das diversas associações Culturais de moços florianopolitanos, para discussão e possível solução dos «Principais problemas da mocidade catarinense». Dos debates ressaltou a necessidade de ser criada uma organização que, unindo as associações da Juventude, lhes ensajasse força e capacidade para ataque eficiente e produtivo aos problemas que sente a nova geração.

Terminaram há pouco, os trabalhos de elaboração do diploma estatutário, que estiveram a cargo de uma Comissão presidida pelo Professor Eugenio Doin Vieira, como representante do Esperantista Clube de Florianópolis. Aprovados os Estatutos, realizou-se, em dia 31 de maio, a eleição da primeira diretoria efetiva da nova entidade, a qual se constituiu da seguinte forma: Presidente — Acadêmico Geraldo Müller Gama Salles. Do C.A. XI de Fevereiro

Vice-Presidente — Nilson Gondin — Representante da Associação dos Ex-combatentes.

1º Secretário — Prof. Eugenio Vieira — Representante do Clube Esperantista de Fpolis

2º Secretário — Mauro Gil da Orquestra Juvenil

Tesoureiro — Lício Silva Hauer, do Clube Ordem e Progresso

Orador — Fulvio Vieira — do C.A. XI de Fevereiro.

Bibliotecário — Aldo Locatelli — Do Gremio Cid. Rocha Amaral

A nova sociedade que recebeu a denominação de Liga das Associações da Mocidade de Florianópolis — reúne os melhores elementos da geração moça e se propõe a efetivar medidas e promover realizações de largo significado para a cultura estadual. Entre as finalidades da liga, expressas nos estatutos encontram-se as seguintes: «Lutar pelas reivindicações da mocidade de Florianópolis e pela solução de seus problemas, incrementar o gosto pela cultura em geral literária, artística, física, científica já pela realização de debates, conferências, concursos, aulas, competições, já promovendo a vida e esta capital de personalidades de relevo na cultura do país.